

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# ZOOLÓGICOS HUMANOS DIGITAIS: CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES DE PODER NO USO ILEGAL DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA (IA GEN) PARA CRIAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS FALSIFICADAS (DEEPNUDES) POR ESTUDANTES

Ives da Silva Duque Pereira, Sérgio Arruda de Moura

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8850>

Submetido em: 2024-05-02

Postado em: 2024-05-04 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## ZOOLÓGICOS HUMANOS DIGITAIS: CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES DE PODER NO USO ILEGAL DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA (IA GEN) PARA CRIAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS FALSIFICADAS (*DEEPNUDES*) POR ESTUDANTES

### DIGITAL HUMAN ZOOS: CONTINUITIES IN POWER RELATIONS IN THE ILLEGAL USE OF GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE (AI GEN) TO CREATE FAKE INTIMATE IMAGES (*DEEPNUDES*) BY STUDENTS

Ives da Silva Duque-Pereira

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e-mail: [ivesduque@email.com](mailto:ivesduque@email.com); Contribuição de Autoria (CRediT): Conceitualização e Escrita. O autor declara não existir conflito de interesses neste trabalho. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0888-2071>.

Sérgio Arruda de Moura

Professor no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e-mail: [arruda@uenf.br](mailto:arruda@uenf.br) Contribuição de Autoria (CRediT): Supervisão e revisão. O autor declara não existir conflito de interesses neste trabalho. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1956-6242>.

## RESUMO

Este Trabalho desenvolve a problemática do que estamos chamando de "Zoológicos Humanos Digitais", enfocando a criação e disseminação de imagens íntimas falsificadas, os *deepnudes*, de estudantes por meio da Inteligência Artificial Generativa (IA Gen). O estudo analisa a continuidade das dinâmicas de poder, objetificação e violência de gênero, traçadas historicamente nos Zoológicos Humanos do passado, agora manifestadas no ambiente escolar. A pesquisa visa compreender como essa prática moderna reflete e perpetua padrões históricos de poder sobre os corpos, impactando a dinâmica social em ambientes educacionais contemporâneos no Brasil. Os principais resultados indicam uma preocupante continuidade das dinâmicas de poder e dominação, em que a tecnologia IA Gen é utilizada para criar e disseminar imagens íntimas falsas, violando a privacidade e autonomia das vítimas, exclusivamente mulheres jovens. O estudo revela que essas práticas, ao serem disseminadas em ambientes escolares e digitais frequentados pelos estudantes, não só perpetuam a violência de gênero, mas também afetam negativamente a saúde mental das vítimas e a percepção de consentimento e privacidade na era digital. Neste contexto, a Educação tem um papel fundamental de contribuição para construção de uma sociedade em que as relações de gênero sejam menos desiguais e que a violência contra as mulheres não encontre campo fértil de propagação.

**Palavras-chave:** Zoológicos Humanos, Inteligência Artificial (IA), *deepfake*, gênero, escola.

## ABSTRACT

This Work develops the problem of what we are calling "Digital Human Zoos", focusing on the creation and dissemination of falsified intimate images, *deepnudes*, of students through Generative Artificial Intelligence (AI Gen). The study analyzes the continuity of power dynamics, objectification and gender violence, historically traced in the Human Zoos of the past, now manifested in the school environment. The research aims to understand how this modern practice reflects and perpetuates historical patterns of power over bodies, impacting social dynamics in contemporary educational environments in Brazil. The main results indicate a worrying continuity of power and domination dynamics, in which AI Gen technology is used to create and disseminate false intimate images, violating the privacy and autonomy of victims,

exclusively young women. The study reveals that these practices, when disseminated in school and digital environments frequented by students, not only perpetuate gender-based violence, but also negatively affect victims' mental health and the perception of consent and privacy in the digital age. In this context, Education has a fundamental role in contributing to the construction of a society in which gender relations are less unequal and where violence against women does not find fertile ground for propagation.

**Keywords:** Human Zoos, Artificial Intelligence (AI), deepfake, gender, school.

## INTRODUÇÃO

No período compreendido entre o final de 2023 e o início de 2024, o Brasil presenciou um aumento significativo no número de casos envolvendo a criação e disseminação de imagens íntimas falsificadas, por meio da *deepfake*, que é uma técnica que utiliza de inteligência artificial para criar vídeos, imagens e/ou áudios falsos, mas altamente realistas. Essas *deepfakes* produziram *deepnudes* de estudantes, em que imagens são criadas apresentando-as como se estivessem nuas. Os autores dessas ações eram colegas das vítimas, que utilizavam essa prática com o objetivo de divulgar tais imagens na escola, em redes sociais e/ou grupos privados frequentados pelos estudantes. Este fenômeno, além de representar uma violação da privacidade e integridade das pessoas afetadas, suscita importantes discussões sobre os impactos psicológicos, sociais e legais advindos da utilização maliciosa de tecnologias de manipulação de imagem.

A Organização das Nações Unidas (2022) ressalta que aproximadamente um em cada três estudantes já foi vítima de *bullying* no mundo. A pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua mais recente edição, aponta um incremento preocupante na prevalência do *bullying* entre os estudantes adolescentes brasileiros. Segundo o IBGE (2022), mais de 40% dos adolescentes reportaram ter sido vítimas de *bullying*, marcando um aumento significativo quando comparado aos 30,9% registrados em 2009.

No contexto digital contemporâneo, a geração e divulgação não consensual de imagens íntimas (falsas ou não), os chamados *nudes*, desumaniza os corpos, principalmente femininos, tratando-os como objetos de curiosidade e gratificação sexual, sem considerar a autonomia e o consentimento dos indivíduos retratados. Podemos entender essa prática como uma intimidação sistemática em ambientes virtuais característica do que chamamos de *cyberbullying*.

Surge assim a noção do que chamamos de "Zoológicos Humanos Digitais", especialmente no contexto da utilização ilegal da Inteligência Artificial Generativa (IA Gen) - técnica capaz de criar conteúdo a partir de comandos de texto que se popularizou com diversas

ferramentas digitais a partir de 2023 – e tem sido utilizada para criar imagens íntimas falsificadas. Esses Zoológicos Humanos Digitais podem ser entendidos como uma extensão moderna dos Zoológicos Humanos Históricos, em que a criação e disseminação de imagens íntimas falsificadas por meio de tecnologias avançadas reiteram a lógica de objetificação e dominação, aprofundada por uma violência de gênero, embora em um novo contexto e com novos meios e objetivos.

Historicamente, os Zoológicos Humanos objetificavam indivíduos de culturas não europeias, exibindo seus corpos e modos de existir como curiosidades exóticas. Essa exotificação servia para reforçar estereótipos e justificar a dominação colonial. Prevalentes no século XIX e início do século XX, exibiam pessoas consideradas "exóticas" aos olhos europeus, reforçando não apenas a objetificação e desumanização, mas também o exercício do poder pela dominação sobre esses corpos. (KOUTSOUKOS, 2020, pg. 26)

Assim como os Zoológicos Humanos Históricos reforçavam a noção de dominação europeia sobre outras culturas, a criação de imagens íntimas falsificadas (*deepnudes*) pode ser vista como uma forma de exercer controle e poder sobre os corpos das vítimas eliminando sua liberdade de escolha sobre a imagem de si. Os Zoológicos Humanos Históricos perpetuavam a ideologia colonial, já a disseminação de imagens íntimas falsas perpetua a ideologia patriarcal e a objetificação do corpo feminino, reforçando a ideia de que esses corpos estão disponíveis para consumo e controle masculino, em práticas de violência física ou simbólica.

Este estudo teve por objetivos compreender como o uso ilegal de Inteligência Artificial Generativa (IA Gen) por estudantes para criar imagens íntimas falsificadas de colegas ressoa como práticas exibicionistas dos Zoológicos Humanos Históricos e analisar a continuidade das dinâmicas de poder, objetificação e violência de gênero observadas historicamente em Zoológicos Humanos, agora manifestadas no ambiente escolar.

O problema de pesquisa se coloca é: de que maneira o uso ilegal de Inteligência Artificial Generativa por estudantes, para criar imagens íntimas falsificadas de colegas, reflete e perpetua as dinâmicas de poder observadas historicamente em Zoológicos Humanos, impactando a dinâmica social em ambientes educacionais contemporâneos no Brasil?

A hipótese que se apresenta é a persistência de dinâmicas de poder desiguais tendo como base o gênero e a violação da privacidade e dignidade, especialmente em relação às estudantes do sexo feminino. Esta continuidade é potencializada pelo anonimato e alcance proporcionados pelo ambiente digital das redes sociais digitais, impactando negativamente a saúde mental e a construção da identidade dos indivíduos afetados.

## PREMISSAS PARA O ESTUDO

A Lei nº 14.811 (2024), representa um marco significativo na proteção de crianças e adolescentes contra a violência, especialmente no contexto educacional. Esta lei institui a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, criando medidas à proteção contra violências nos estabelecimentos educacionais, além de promover modificações substanciais no Código Penal, na Lei dos Crimes Hediondos e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre as alterações, destaca-se a criminalização de práticas como *bullying* e *cyberbullying*.

Especificamente, o *bullying* é definido na legislação (BRASIL, 2024) como um ato de intimidação sistemática, realizado individualmente ou em grupo, por meio de violência física ou psicológica, de forma intencional e repetitiva, sem justificativa aparente. Nesse sentido, o *cyberbullying* é caracterizado como intimidação sistemática em ambientes virtuais, incluindo internet, redes sociais, aplicativos, jogos online e transmissões ao vivo. A nova lei prevê penalidades como multa e reclusão de dois a quatro anos para esses atos, exceto quando constituírem crimes mais graves.

Embora a Lei nº 13.185 (BRASIL, 2015) já contemplasse a figura do *bullying*, instituindo o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, não havia, até então, punição específica definida para tais condutas. A referida legislação apenas requeria das escolas, clubes e agremiações recreativas a obrigação de promover medidas de conscientização, prevenção, diagnóstico e combate à violência e à intimidação sistemática.

Em uma revisão sistemática conduzida por Silva (2022), foram exploradas as características psicológicas dos perpetradores de *cyberbullying*. A análise revelou que estes indivíduos frequentemente exibem baixos níveis de amabilidade, além de altos índices de impulsividade, narcisismo e insensibilidade. De maneira significativa, tanto em homens quanto em mulheres, traços de maquiavelismo e psicopatia foram associados a uma maior incidência de perpetração de *cyberbullying*. Além disso, os estudos incluídos na revisão apontaram para características como baixo autocontrole, um perfil antissocial, uso de estratégias inadequadas de resolução de conflitos e baixos valores morais como sendo comuns entre os perpetradores.

Contudo, Silva (2022) destaca uma lacuna na pesquisa existente em relação às diferenças de gênero na perpetração de *cyberbullying*. A revisão identificou uma escassez de estudos focados especificamente no *cyberbullying* feminino e na sua comparação com os perpetradores masculinos. Uma exceção notável foi um estudo de Brown *et al.* (2019), que encontrou uma associação exclusiva entre sadismo e narcisismo e a perpetração de

*cyberbullying* por mulheres. Esta constatação alinha-se com observações em outros tipos de crimes, como salientado por Andrade (2021), e sublinha a necessidade de mais pesquisas que investiguem as particularidades e semelhanças do comportamento de perpetradoras femininas no *cyberbullying*.

Ao analisar os dados do IBGE (2022) sob a perspectiva de gênero, observa-se que, entre os alunos do sexo masculino, a porcentagem dos que admitiram ter sofrido *bullying* ascendeu de 32% em 2009 para 35,4% em 2019. Entre as alunas, esse aumento foi ainda mais expressivo, passando de 28,8% em 2009 para 45,1% em 2019. Assim, evidencia-se uma maior incidência de *bullying* nas meninas, principalmente relacionado à aparência física. (IBGE, 2022, p. 46)

Scott (1995) vê o gênero como um elemento central nas relações sociais, fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos. As normas de gênero e as percepções sociais sobre masculinidade e feminilidade contribuem para uma dinâmica de poder desigual, onde mulheres são mais vulneráveis ao vazamento de fotos íntimas. A visão de Scott (1995) de que o gênero simboliza relações de poder é crucial, permitindo um olhar sobre o vazamento de fotos íntimas como uma expressão de poder e controle, onde os homens (neste caso, os estudantes adolescentes) exercem poder sobre as mulheres (as vítimas), reforçando estruturas de poder desiguais baseadas no gênero.

O entendimento das relações de gênero e sua efetivação na sociedade dependem significativamente do papel desempenhado pela educação, que deve atuar como instância problematizadora dessas desigualdades. Contudo, o cenário atual apresenta um ambiente ideologicamente polarizado, onde a educação se torna um campo de disputa.

Segundo Ferrari (2022), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta os currículos educacionais em todo o Brasil, é um exemplo dessa batalha. Grupos conservadores religiosos, por meio de movimentos como o "Escola Sem Partido", têm se oposto à inclusão de temas relacionados a gênero nos currículos, alegando que tal inclusão promove a "ideologia de gênero", a qual, segundo eles, ameaça os valores familiares e tradicionais. Em contrapartida, pesquisadores e educadores que trabalham com estudos de gênero, sexualidade e educação rejeitam a terminologia de "ideologia de gênero" e defendem a inclusão dessas discussões como essenciais para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Apesar da resistência e da retirada do termo "gênero" da versão final da BNCC, especialmente em seu segmento de História, a importância de abordar questões de gênero para combater desigualdades e violência é reconhecida. Existem oportunidades para abordar essas questões nas brechas do documento, especialmente no ensino de História, problematizando a própria escrita histórica e refletindo sobre a construção de identidades e comportamentos diante

das normas sociais. A defesa pela inclusão de relações de gênero na BNCC passa também pela formação de professores, envolvendo-os em contextos de aprendizagem que promovam novas formas de pensar e abordar as desigualdades entre homens e mulheres. (FERRARI, 2022, pg. 166)

Desde o século XVI, os chamados "Shows de Aberrações" (*freakshows*) eram comuns no Ocidente. Nesses eventos, indivíduos com deficiências físicas, aparências fora dos padrões convencionais ou costumes distintos dos europeus eram exibidos a um público pagante, curioso por observar o que era considerado "exótico", "selvagem" ou "erros da natureza". Atualmente, o termo "Zoológicos Humanos" é amplamente empregado no meio acadêmico como uma crítica para destacar a desumanização e o racismo intrínsecos a esses eventos, que ganharam destaque durante o século XIX nas chamadas Exposições Universais. Estes eventos, apoiados por um racismo científico, frequentemente exibiam povos africanos, asiáticos e indígenas ao lado de indivíduos classificados como "aberrações", geralmente pessoas nascidas com algum tipo de deficiência física, reforçando uma visão distorcida e desumanizante do diferente. (KOUTSOUKOS, 2020, pg. 33)

As Grandes Exposições Universais, que de um lado apresentavam o progresso técnico da sociedade industrial europeia e do outro, como contraste, os espetáculos de massa humilhantes que ocorriam por toda a Europa no século XIX, promoviam o encontro de povos supostamente primitivos com o mundo autoproclamado civilizado. Esses eventos continham uma exibição forçada em espaços meticulosamente planejados e construídos onde indivíduos eram apresentados como caricaturas estereotipadas, frequentemente ao lado de animais. Essas exposições não apenas simbolizavam a atividade imperialista, mas também visavam em muitos casos destacar uma suposta distinção evolutiva entre macacos e os homens europeus, com performances culturais servindo tanto para entretenimento quanto para demonstrar a linha evolutiva do primitivo ao civilizado. (KOUTSOUKOS, 2020, pg. 25)

Além disso, essas feiras funcionavam como propaganda para as chamadas missões civilizatórias, justificando o imperialismo europeu e reafirmando ideologias racistas e políticas de exclusão e extermínio. As exposições humanas nesses "Zoológicos" tratavam os indivíduos como meros objetos para observação e estudo, ignorando sua consciência e humanidade. As exposições do século XIX, embora alegassem instruir o público e incitar sentimentos filantrópicos, na realidade, reforçavam entre os visitantes um senso de superioridade racial, cultural e civilizacional, contribuindo assim para justificar e perpetuar a dominação. Estas exposições, organizadas por cientistas e antropólogos, acabavam por legitimar e exacerbar no público a ideia de supremacia sobre os povos exibidos. (KOUTSOUKOS, 2020, pg. 26)

A exposição de indivíduos em Zoológicos Humanos Históricos teve um impacto duradouro na maneira como diferentes culturas e etnias eram percebidas e tratadas. De maneira semelhante, a disseminação de imagens íntimas falsificadas pode contribuir para a normalização da violência contra a mulher e da violação da privacidade no ambiente digital, afetando a maneira como as relações interpessoais são construídas e percebidas, ao reproduzir uma assimetria de gênero que são sobrepostas em uma hierarquização que reproduz a dominação em espaços de poder pela exibição dos corpos das vítimas.

Desde a revolução sexual, impulsionada em grande parte pelo movimento feminista dos anos 1960 e pelo advento da pílula anticoncepcional, tem-se observado um aumento significativo na autonomia das mulheres sobre seus corpos. Isso inclui as recentes lutas femininas pelos direitos reprodutivos, como o direito ao aborto, ressaltando a importância da autodeterminação feminina.

No entanto, a emergência das *deepfakes* pode representar um retrocesso simbólico nesse contexto de liberação. As imagens geradas por essas tecnologias podem ser interpretadas como uma tentativa de reprimir a liberdade feminina, simbolicamente (re)aprisionando o corpo feminino e subjugando-o aos desejos e vontades masculinos. Esse fenômeno pode ser visto como uma reação de alguns homens à perda de controle sobre os corpos femininos, uma consequência das liberdades conquistadas pelas mulheres ao longo das últimas décadas.

### **USO DE IA GEN PARA CRIAÇÃO DE IMAGENS ÍNTIMAS FALSIFICADAS POR ESTUDANTES NO BRASIL**

Desde o final de 2022 e ao longo de 2023, a IA Gen ganhou popularidade e provocou numerosos debates sobre suas potencialidades e as preocupações que suscitava em vários setores da sociedade. No âmbito educacional, essas discussões concentravam-se principalmente na aprendizagem dos estudantes. Havia uma preocupação significativa com o uso dos Grandes Modelos de Linguagem, que, embora facilitassem o entendimento à informação, também podiam incentivar o plágio e a falta de esforço cognitivo na realização de tarefas destinadas a estimular o raciocínio dos estudantes. Entretanto, essa tecnologia também intensificou problemas antigos, dando origem a novos desafios inesperados.

O estudo de Luca e Pessoa (2023) foca na caracterização das vítimas adolescentes de Divulgação Não Consensual de Imagens Íntimas (DiNCII). Utilizando uma análise documental de Registros Digitais de Ocorrência (RDO's), o estudo revela que a maioria das vítimas são meninas entre 13 e 14 anos, autodeclaradas brancas, acompanhadas por suas mães. O estudo identificou que a maioria das vítimas de DiNCII são mulheres, que também enfrentam maior pressão para compartilhar conteúdo sexual. Além disso, as mulheres tendem a sofrer mais com

extorsão, chantagem e punição relacionadas à DiNCII, enfatizando a necessidade de apoio especializado para essas vítimas. Em termos de gênero, a DiNCII impacta homens e mulheres de maneira diferente, com homens muitas vezes vistos como heróis em situações de divulgação de imagens, enquanto mulheres enfrentam julgamento e estigmatização.

O termo "*sexting*" é discutido como uma prática de expressão da sexualidade, que se tornou mais comum com o advento das mídias sociais e dispositivos eletrônicos. Apesar de seus aspectos positivos em termos de expressão sexual, o *sexting* pode levar a repercussões negativas, como a DiNCII, onde imagens íntimas são compartilhadas sem o consentimento da pessoa retratada. Há diferença entre *sexting* e *cyberbullying*, embora relacionados, são comportamentos distintos. O *sexting* é o compartilhamento consensual de conteúdo íntimo, enquanto o *cyberbullying* envolve perseguição e humilhação online. A DiNCII é caracterizada como exposição não consentida de conteúdo íntimo, muitas vezes resultante do *sexting*, e pode incluir motivações como humilhação ou extorsão. (LUCA, PESSOA, 2023, pg. 2)

O enfrentamento da Divulgação Não Consensual de Imagens Íntimas já era uma realidade diária nas escolas. Esse fenômeno reflete um contexto cultural de dominação, especialmente em relação às mulheres, que frequentemente se tornam alvo de ameaças. Exemplos comuns incluem situações em que, após o término de relacionamentos, imagens íntimas são utilizadas para chantagem ou vingança, prática conhecida como "pornografia de vingança". Além disso, Segundo Silva *et. al.* (2023), o *cyberbullying* têm um impacto direto na vida escolar, afetando as relações sociais dos estudantes, gerando sentimentos de vergonha, dor e angústia.

O problema, até então, limitava-se às imagens produzidas pelos próprios estudantes de si mesmo. Estas imagens vazavam por diversos motivos, como o *hackeamento* de celulares ou através das pessoas a quem foram confiadas, ultrapassando o contexto original de *sexting* ou criação de imagens íntimas para si próprio. Contudo, com o advento da tecnologia IA Gen, a situação agravou-se significativamente. Agora, qualquer pessoa, incluindo adolescentes, pode criar imagens íntimas falsificadas (*deepfakes*) de outras pessoas utilizando apenas uma imagem comum encontrada facilmente nas redes sociais das vítimas. Assim, a IA Gen amplificou um problema já existente, gerando consequências alarmantes, como observado nas escolas no final de 2023.

No Brasil, o primeiro relato de produção de imagens íntimas falsificadas usando *deepfake* surgiu em uma prestigiada escola particular do Rio de Janeiro, no início de novembro de 2023. Conforme aponta Lemos (2023), esse não foi um caso isolado; incidentes semelhantes se repetiram em várias escolas brasileiras, inclusive em cidades como Recife e Belo Horizonte.

No exterior, com casos notórios de grande repercussão no vilarejo Almendralejo, Espanha, e numa escola em Nova Jersey, Estados Unidos.

Especificamente no Rio de Janeiro, em novembro de 2023, pelo menos 29 meninas, com idades entre 13 e 16 anos, a maioria de uma mesma escola tradicional da cidade, foram vítimas de manipulação de imagens. Essas estudantes foram retratadas em imagens íntimas falsificadas criadas por inteligência artificial generativa. Segundo relatos dos pais e das próprias vítimas, os autores da manipulação são garotos que frequentavam a mesma escola, muitos colegas das vítimas. Eles usaram fotografias reais das estudantes, publicadas em redes sociais, para alimentar a tecnologia de IA Gen, que manipulou as imagens para "remover" suas roupas e produzir os *deepfakes* das meninas nuas (LEMOS, 2023).

Em Recife, logo após a divulgação do caso no Rio de Janeiro, aproximadamente 40 meninas, todas com cerca de 14 anos e estudantes da mesma escola, tornaram-se vítimas do compartilhamento de fotos manipuladas em que apareciam nuas. De acordo com os responsáveis pelas vítimas, as montagens foram realizadas por garotos da mesma escola. O método utilizado foi semelhante ao observado no Rio de Janeiro: fotos das vítimas, vestidas, foram retiradas das redes sociais para alimentar a tecnologia de IA Gen, resultando em manipulações que as mostravam nuas (SOARES, 2023).

Já em Belo Horizonte, um adolescente de 15 anos foi identificado pela Polícia Civil como o autor de imagens íntimas falsificadas de duas colegas da escola onde estuda. As vítimas, ambas meninas e com idades entre 14 e 15 anos, tiveram seus rostos inseridos em corpos nus utilizando a IA Gen, e as imagens foram postadas em uma rede social de forma pública. (AUGUSTO, 2023).

Existe uma preocupação crescente de que tais atos se tornem epidêmicos, dada a facilidade de acesso às ferramentas para manipulação dessas imagens. Em um contexto de evolução técnica constante, essas ferramentas de IA Gen estão se tornando cada vez mais sofisticadas e realistas. Nesse cenário, mulheres e meninas emergem como vítimas em potencial. No ambiente escolar, onde ocorre *bullying*, tais práticas podem ser erroneamente percebidas como divertidas (LEMOS, 2023).

Em abril de 2024, autoridades dos EUA já classificaram a produção de *deepnudes* como uma epidemia em que garotas adolescentes estão enfrentando. Essa prática tem sido observada em vários estados, onde meninos criam e compartilham nudes de suas colegas em refeitórios escolares, ônibus ou grupos de redes sociais. O FBI expressou preocupação e emitiu alertas sobre a ilegalidade da distribuição de material *deepnude* envolvendo adolescentes,

considerando-a uma forma de abuso sexual infantil. No entanto, muitos distritos ainda se mostram despreparados e inseguros sobre como lidar com essa questão. (SINGER, 2024)

Lemos (2023) afirma que neste cenário, onde as vítimas são exclusivamente mulheres, essas ações podem ser interpretadas como uma forma de violência de gênero, caracterizada pela violação da privacidade, dignidade e honra. Essas práticas se enquadram em categorias como pornografia de vingança, *cyberbullying* e violência de gênero. Os perpetradores, menores de idade, perpetuam um machismo estrutural que desrespeita a autonomia e a integridade física das vítimas. Este contexto sugere que a disseminação das ferramentas de IA Gen pode exacerbar a violência cotidiana contra as mulheres, especialmente em sociedades com altas taxas de violência sexual feminina.

Segundo Patrocino e Bevillacqua (2023), a Divulgação Não Consensual de Imagens Íntimas pode desencadear ou agravar transtornos mentais, fazer surgir o sentimento de (auto) culpabilização da vítima, condenação da manifestação da sexualidade das mulheres, queda no desempenho escolar, negação do acolhimento e julgamento.

As fotos geradas pela IA Gen, apesar de serem produtos de manipulação, apresentam um nível de realismo que induzem a crença de serem verdadeiras. À medida que tais imagens circulam, são percebidas como nudes autênticos, levando a consequências psicológicas similares às causadas por nudes reais divulgados sem consentimento. Essa realidade pode resultar em crises severas de saúde mental e emocional, ressaltando a gravidade desses episódios e a inaceitabilidade de tratá-los como meras brincadeiras

## **ZOOLÓGICOS HUMANOS DIGITAIS COMO CONTINUIDADE DAS RELAÇÕES DE PORDER E DOMINAÇÃO**

A prática de criar e disseminar *deepfakes* exibicionistas, como observado nos casos reportados, em que somente meninas foram vitimizadas, destaca uma preocupante tendência de objetificação massiva dos corpos femininos. Esses atos não refletem apenas a busca de uma gratificação sexual direcionada a indivíduos específicos, mas sim uma despersonalização e desumanização dos corpos dessas meninas, tratando-os como meros objetos para satisfação de desejos e prazeres voyeurísticos dos meninos e demonstração de domínio sobre esses corpos. Este fenômeno ultrapassa a esfera do assédio individualizado, adentrando um campo em que o corpo feminino é coisificado e exibido como um troféu, um símbolo de conquista para ser compartilhado e apreciado coletivamente.

Essa objetificação em massa reflete uma distorção alarmante na percepção dos corpos femininos, que são vistos como disponíveis para o “consumo” público, desprovidos de qualquer

autonomia ou consentimento, a partir de um exercício de poder promovido pela desigualdade de gênero. O uso da tecnologia de IA Gen para criar imagens íntimas falsificadas exacerba essa prática, permitindo que o domínio, uma tentativa de (re)domesticação do corpo feminino, ocorra em uma escala sem precedentes e com uma precisão visual perturbadoramente realista. As meninas vitimizadas por essas ações são reduzidas a simples imagens, privadas de sua humanidade e dignidade, e expostas ao *cyberbullying* que pode ter consequências psicológicas e emocionais duradouras.

Assim, essa prática pode ser entendida como uma extensão moderna dos Zoológicos Humanos Históricos. Durante o século XIX, os Zoológicos Humanos, notoriamente presentes nas Grandes Exposições Universais, que objetificavam indivíduos de culturas não europeias, exibindo-os como curiosidades exóticas e que continha um caráter sexual com o corpo feminino. O historiador Robert Rydell *apud* Koutsoukos (2020) identificou uma ‘pornografia do poder’, em que diversas exposições tomavam caráter explicitamente sexual como ocorreu em 1892, em São Francisco (EUA), com a exibição de jovens mulheres do povo africano daomeanos. Este fenômeno refletia uma dinâmica de poder desigual, onde o "outro" era desumanizado e reduzido a um objeto de escrutínio público. (KOUTSOUKOS, 2020, pg. 238).

Na nova forma de domínio sobre as mulheres, agora digital, ressoa como uma extensão da lógica de dominação presente nos Zoológicos Humanos à medida que essas imagens íntimas falsificadas não ficam restritas a indivíduos, mas são publicadas em grupos e redes sociais públicas para “apreciação” de muitos. Em ambos os contextos, seja na exibição de corpos "exóticos" nas exposições do século XIX ou na criação de imagens íntimas falsificadas no ambiente escolar contemporâneo para exibição o prazer sexual de meninos e/ou humilhação dessas meninas, observa-se a redução do ser humano a um objeto de entretenimento, curiosidade e performance para o outro que, simbolicamente, o domina seus corpos através do controle da imagem.

Há uma reafirmação das estruturas de poder desiguais (SCOTT, 1995, pg. 3), reforçando a ideia de que alguns corpos, principalmente os femininos, estão disponíveis para consumo e controle, uma noção profundamente enraizada em padrões de gênero e poder. A divulgação dessas imagens em plataformas amplamente acessíveis amplifica o *cyberbullying* sofrido pelas vítimas, refletindo uma continuidade das práticas de exibição e desumanização observadas historicamente e entendidas como um novo tipo de “pornografia do poder”, reforçando a dinâmica de superioridade masculina.

Esses espaços digitais se tornam plataformas onde o poder masculino sobre o feminino é reafirmado, perpetuando uma estrutura patriarcal na sociedade. A reprodução e

aprofundamento da desigualdade de gênero se manifestam na forma de violência contra a mulher, onde a criação e disseminação de imagens íntimas falsas são atos que transcendem a agressão física, atingindo a integridade psicológica e emocional das vítimas.

Os Zoológicos Humanos Digitais, portanto, não são apenas uma manifestação de avanços tecnológicos de deslocamento de espaços físicos para virtuais, mas também um espelho das dinâmicas sociais que continuam a perpetuar a objetificação e a dominação em práticas violentas (*cyberbullying*) direcionadas a um único gênero. Este fenômeno digital traz à tona questões críticas sobre consentimento, privacidade e a perpetuação do machismo estrutural, especialmente em ambientes educacionais onde jovens estão formando suas identidades e compreensões sobre relações sociais e de gênero. É imprescindível, portanto, reconhecer e abordar as ramificações dessas práticas digitais modernas, pois elas continuam a moldar e influenciar as dinâmicas sociais e culturais contemporâneas, perpetuando padrões de opressão e desigualdade.

A desconstrução das noções binárias de gênero, como proposta por Scott (1995), representa um passo crucial na compreensão e abordagem das complexidades inerentes às dinâmicas de poder e identidades de gênero em contextos de violência digital, particularmente no fenômeno dos Zoológicos Humanos Digitais. Precisamos compreender o contexto sociocultural mais amplo que molda as ações dos estudantes envolvidos. Em sociedades marcadas por estruturas patriarcais, frequentemente há uma normalização da violência de gênero, que se reflete no uso da tecnologia para explorar e desumanizar as mulheres em espaços digitais. Esta compreensão contextual é crucial para abordar as raízes da violência de gênero.

Além disso, a identidade das vítimas e dos autores da violência não é unidimensional. Estes indivíduos possuem várias camadas de identidade, como gênero, raça, classe e idade, que interagem e influenciam suas experiências e ações. Portanto, ao analisar casos de imagens íntimas falsificadas, deve-se considerar estas intersecções para uma compreensão mais completa das vulnerabilidades e motivações envolvidas.

A dinâmica de poder desempenha um papel crucial nestes contextos. Os autores da violência, muitas vezes impulsionados por uma sensação de anonimato e poder conferido pela tecnologia, podem se sentir legitimados em suas ações, criando ambientes virtuais de exposição, os Zoológicos Humanos Digitais, enquanto as vítimas se encontram em uma posição de vulnerabilidade e impotência. Este desequilíbrio de poder é um aspecto central que deve ser abordado para entender completamente a natureza da violência de gênero digital.

Para combater efetivamente essas dinâmicas, é fundamental a promoção de uma educação que desafie as normas de gênero estabelecidas e promova o entendimento da

complexidade das relações de poder. Isso inclui a incorporação de discussões sobre temas como consentimento, privacidade e igualdade de gênero no currículo escolar, ajudando a formar indivíduos mais conscientes e respeitosos. A empatia e a responsabilidade devem ser incentivadas entre os jovens, desafiando a cultura de grupo que pode levar à desumanização e à violência. Ao mesmo tempo, é crucial abordar a cultura do silêncio que muitas vezes envolve a violência de gênero.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto dos "Zoológicos Humanos Digitais", a prática de postar imagens íntimas falsificadas em grupos com muitos membros ou em redes sociais públicas representa uma forma contemporânea de exibição e exercício de poder sobre os corpos. Na era digital, essa dinâmica de poder, objetificação e violência de gênero, encontra um novo terreno fértil através da criação e disseminação de imagens íntimas falsificadas de estudantes, especialmente mulheres. Essas práticas perpetuam uma forma modernizada de desumanização e violação da autonomia e da dignidade das vítimas, traçando um paralelo com os Zoológicos Humanos Históricos.

O caso do Rio de Janeiro, onde imagens íntimas falsificadas foram compartilhados entre estudantes, só veio à tona quando um menino, ao contrário de muitos outros, optou por não permanecer em silêncio. Ao revelar a imagem a uma das vítimas, ele quebrou um ciclo de cumplicidade e silêncio, desafiando a estrutura machista que frequentemente sustenta e perpetua tais abusos. Este ato destaca a importância crítica de combater ativamente o machismo em suas mais variadas formas de violência de gênero, especialmente dentro do próprio grupo que muitas vezes perpetua esses comportamentos. A atitude desse menino demonstra que a mudança pode e deve começar com indivíduos que questionam e rejeitam as normas prejudiciais estabelecidas, mesmo que essas ações possam ser contrárias às expectativas de seu grupo social.

A quebra desse ciclo de ações ruins pelos próprios meninos é um passo vital para transformar as dinâmicas de poder e objetificação enraizadas na sociedade. Ao desafiar ativamente as normas e comportamentos machistas, os meninos podem desempenhar um papel crucial na promoção de uma cultura de respeito e igualdade. Essa mudança de comportamento é essencial não apenas para prevenir a propagação de imagens íntimas falsificadas, mas também para criar um ambiente mais seguro e respeitoso para todos, especialmente para as mulheres, que são frequentemente as principais vítimas dessas práticas de domínio e humilhação.

A importância de discutir aberta e honestamente temas como corpo, gênero, machismo, sexualidade e o uso ético da IA Gen nas escolas é fundamental não apenas para a educação e o desenvolvimento dos estudantes, mas também como um meio eficaz de prevenção contra práticas nocivas, como a criação e disseminação de imagens íntimas falsificadas e outras formas de violência de gênero. Uma abordagem educacional que abrace esses temas promove um ambiente escolar mais inclusivo, respeitoso e seguro, contribuindo para a formação de jovens conscientes, responsáveis e empáticos.

A discussão aberta sobre o corpo e a sexualidade ajuda a desmistificar tabus e erradicar a ignorância, que muitas vezes são a base para atitudes prejudiciais e discriminatórias. Educando os estudantes sobre a diversidade de corpos, identidades de gênero e orientações sexuais, as escolas podem cultivar uma compreensão mais profunda e um respeito pela individualidade e diferenças de cada um. Isso inclui a promoção de uma imagem corporal saudável, a compreensão do consentimento e a valorização da autonomia pessoal.

Além disso, abordar o machismo e as desigualdades de gênero é crucial para desmontar estereótipos e preconceitos arraigados. Ao expor como o machismo se manifesta na sociedade e suas consequências, os estudantes podem começar a identificar e questionar comportamentos e atitudes sexistas em suas próprias vidas. Uma educação que enfatize a igualdade de gênero e o respeito mútuo pode efetivamente reduzir a incidência de assédio e violência sexual, além de promover relações mais equitativas.

A necessidade de ensinar o uso ético da IA Gen nas escolas, como parte essencial do letramento em IA, não deve se limitar apenas ao seu funcionamento técnico das ferramentas, mas também abranger seus aspectos éticos e sociais. Ao compreender a IA Gen dentro de um quadro ético, os estudantes podem aprender a valorizar a privacidade, o consentimento e a dignidade humana, reconhecendo as consequências reais e muitas vezes prejudiciais de seu uso indevido.

Incorporar discussões sobre ética digital e responsabilidade online, em um contexto de cidadania digital, é determinante no contexto atual. Com o aumento do uso de tecnologia e mídias sociais por jovens, é vital ensiná-los sobre o uso ético e legal da internet, incluindo as repercussões de compartilhar conteúdo sem consentimento. Educar os estudantes sobre as consequências legais e emocionais de ações como a criação e compartilhamento de imagens íntimas falsificadas pode dissuadir comportamentos prejudiciais e promover uma cultura digital mais responsável.

O diálogo aberto nas escolas sobre essas questões permite que os estudantes expressem suas preocupações, dúvidas e experiências em um ambiente seguro e de apoio. Ao criar espaços

onde os jovens podem falar e aprender sobre esses temas sem medo de julgamento ou estigma, as escolas podem ajudar a prevenir situações de abuso e violência, além de apoiar aqueles que podem estar enfrentando desafios relacionados a gênero, sexualidade ou imagem corporal.

Os "Zoológicos Humanos Digitais" refletem uma persistência de padrões de poder e dominação que requerem uma resposta coletiva e consciente. Ações como a do estudante no Rio de Janeiro, que denunciou a violência, ilustram a importância de uma postura proativa e responsável, especialmente entre os jovens, para dismantelar estruturas de opressão e promover uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, a Educação é pilar central de sustentação de uma Cidadania Digital necessária para a vida permeada pelas constantes transformações tecnológicas.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J.M.C. (2021). *Caracterização psicológica de mulheres que praticaram crime violentos: uma revisão sistemática da literatura*. Universidade Lusófona do Porto.
- AUGUSTO, Leonardo. Duas adolescentes em MG são vítimas de falsos nudes produzidos com inteligência artificial. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/11/duas-adolescentes-em-mg-sao-vitimas-de-falsos-nudes-produzidos-com-inteligencia-artificial.shtml>>. Acesso em 02 de jan. de 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 nov. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm). Acesso em: 23 de mar. de 2024.
- BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de jan de 2024. Dispõe sobre medidas de proteção à criança e ao adolescente com vistas à prevenção e ao combate à violência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/38157392/publicacao/38158500>. Acesso em: 23 de mar. de 2024.
- BROWN, W. M., HAZRATY, S., & PALASINSKI, M. (2019). Examining the dark tetrad and its links to cyberbullying. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 22(8), 552-557. <https://doi.org/10.1089/cyber.2019.0172>.
- FERRARI, Anderson. As relações de gênero na BNCC de História: da ausência à resistência. In: A BNCC de história [livro eletrônico]: entre prescrições e práticas. 1ªed. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022.
- IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101955.pdf>>. Acesso em: 23 de mar. de 2024.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo. Editora da Unicamp, 2020.
- LEMOIS, Vinícius. Casos de imagens íntimas falsificadas se multiplicam e preocupam autoridades: 'crueldade impensável com meninas tão novas'. BBC Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c142d81n40eo>>. Acesso em 02 de jan. de 2024.
- LUCA, Lucas; PESSOA, Alex. Caracterização das vítimas de divulgação não consensual de imagens íntimas na adolescência. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 17, n. 3, p. 1-29, 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Um em cada três alunos em todo o mundo foi vítima de bullying. In: NAÇÕES UNIDAS. ONU News: perspectiva global reportagens



## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.